

Entrevista

A VIDA DO DINHEIRO

Carlos Silva “Sem o *lay-off*, o desemprego ultrapassaria dois dígitos”

Líder da UGT vê falhas no PRR, pede mais apoios ao teletrabalho e diz que há que valorizar as pessoas com subida do SMN e dos patamares salariais a seguir. E defende que os setores onde chegar primeiro o desconfinamento têm de ser vacinados já. *Texto: Joana Petiz e Hugo Neutel (TSF)*

Como tem acompanhado a situação na TAP?

Com preocupação. Continua a haver muita gente preocupada com o facto de se continuar a injetar dinheiro na TAP, mas nós não temos essa visão. Há que olhar para a TAP como uma empresa que replica os seus resultados negativos ou positivos na vida das pessoas. E há milhares de trabalhadores a depender da TAP para sobreviver. Portanto, além de acompanharmos a necessidade de o país ter uma companhia de bandeira, nas reuniões com o ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, defendemos exatamente o que defendemos há seis anos no BCP: se é necessário cortar salários para defender empregos, que se coloque a questão aos trabalhadores. Essa foi uma solução acomodada, até os sindicatos que não são da UGT vieram ao encontro desta perspetiva. Para nós, fundamental é salvaguardar milhares de empregos.

Os acordos são um mal menor?

Vejo-os com bons olhos a partir do momento em que as pessoas são confrontadas com o desemprego, com despedimentos coletivos, com o eventual encerramento ou reestruturação da empresa, imposta por Bruxelas, e com a necessidade de salvaguardar postos de trabalho e salários. Se me perguntar isto é um mal menor, é verdade que é, mas a

maioria dos sindicatos ou os mais representativos de alguns setores de atividade dentro da TAP referendaram estes acordos. É para representar os trabalhadores que servem os sindicatos. O desiderato era salvar postos de trabalho, salários – embora com cortes em alguns casos profundos – e acima de tudo garantir a sustentabilidade da continuidade da empresa ao serviço do país e dos empregos,

O governo vai pagar às empresas 80% dos encargos acrescidos por causa do aumento do salário mínimo (SMN). Em entrevista ao DN/TSF, foi dito que esse apoio seria alargado aos salários até aos 665 euros. É suficiente para estimular a manutenção dos postos de trabalho?

Esse apoio, como todos os dados às empresas nos últimos meses, poderá não chegar mas é substancial. No primeiro momento em que abordámos este apoio às empresas era exclusivamente relativo aos trabalhadores que passavam dos 635 para 665 euros. Logo os representantes dos patrões vieram pedir que fosse para todos, porque os que estavam a seguir a 635 euros seriam empurrados para a atualização. Ou seja, há muitos milhares mais que vão ter o novo SMN. E o que dissemos ao governo foi que nem tanto ao mar nem tanto à terra... O que depreendemos e os ministros da Economia

(MEETD) e do Trabalho (MTSS) nos confirmaram – e o que me disse pessoalmente na apresentação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) Ursula von der Leyen – foi que o entendimento era de que esse apoio seria apenas respeitante aos trabalhadores no SMN.

O alargamento surpreendeu?

Percebemos nessa entrevista que havia este *upgrade* e isso deu grande confusão na concertação. Foi uma das matérias que apanharam de surpresa toda a gente, patrões e ministra do Trabalho incluídos. Causou grande incómodo esta matéria não ter sido abordada de forma aprofundada para que todos ficassem esclarecidos. E ainda estamos na dúvida se é verdade que se aplica a todos ou apenas a quem passou de 635 para 665 euros.

Não está claro?

Não ficou claro para nós. E o ministro não foi à concertação social nesta semana, portanto faltou-nos esse *input*. É evidente que tem havido

“O alargamento do apoio às empresas na subida do SMN surpreendeu toda a gente na Concertação Social.”

reuniões bilaterais entre patrões e Economia, mas a concertação é acima de tudo um fórum onde todos os membros do governo devem ter lugar para ouvirmos todos a mesma coisa. A UGT não teve reuniões bilaterais e portanto mantenho que o ouvi. É fundamental que o governo esclareça se é assim ou não, era importante que houvesse essa clarificação.

E há contas feitas no sentido de saber quanto custaria a mais?

Nem a questão está esclarecida... O país tem de se preparar para acudir às necessidades das pessoas. Temos de acudir às necessidades das empresas porque há um pressuposto fundamental que o governo não se cansa de apregoar que é a defesa dos empregos. Ora o desemprego já subiu em janeiro para 7,2%.

Face a esta crise, o objetivo para o SMN, de 750 euros em 2023, ainda é atingível?

Perante uma crise de pandemia, perante a injeção de milhares de milhões nas empresas, a necessidade de dotar o país das reformas estruturais fundamentais inscritas no PRR, o expectável é que os trabalhadores vejam valorizado o seu esforço, sobretudo o de manter as empresas a funcionar. As empresas não existem sem trabalhadores e vice-versa.

O plano de vacinação devia dar prioridade aos setores mais afeta-

dos para ajudar a recuperação?

Prioritário é o setor da saúde, os que trabalham na proteção civil, bombeiros, pessoas que lidam diariamente com outros, que asseguram os transportes. Esses devem ser vacinados primeiro. No dia 11 de março António Costa apresentará o primeiro *draft* de um programa de



Carlos Silva lidera a UGT desde 2013... e no último ano atravessou um dos períodos mais difíceis na defesa dos direitos dos trabalhadores

FOTO: LEONARDO NEGRÃO/GLOBAL IMAGENS



desconfinamento. E todos os setores que couberem nessa primeira fase têm de ser vacinados. Se é para reabrir escolas de forma gradual, professores e pessoal que tiver de voltar têm de ser vacinados. **O SMN tem vindo a ser atualizado anualmente mas tem provocado um achatamento nos esca-**

lões seguintes. Fazia sentido criar objetivos também nesses? Acima de tudo devia ser dado ênfase ao que foi o sumo do último acordo de concertação, no início de 2018: a dinamização da negociação coletiva. Os economistas diziam que haveria um efeito bola de neve, que o SMN empurrava os outros sa-

lários – é mentira. O governo deve manter o esforço junto das empresas de pôr a negociação coletiva a andar. A negociação coletiva é matéria de responsabilidade entre sindicatos e patrões e ou temos habilidade para empurrá-la – e até agora tem sido muito difícil – ou temos de perguntar o que vamos fazer para obrigar os patrões a aceder. E isso passará porventura por, quando quiserem algo, nós podermos criar entraves. Se é isto que os patrões querem, ter da parte a UGT uma força de bloqueio, esse não é o nosso destino, mas não contrariamos essa possibilidade se não houver abertura para evolução dos salários. **Mas acha que as empresas teriam condições para subir salários e não o fazem porque não querem?**

Nos últimos 20, 15, dez anos foram sempre contra. E nos primeiros anos do governo de António Costa a economia disparou. Agora, claro, estamos num momento difícil, a recuperação será mais lenta, a precariedade é imensa. Portanto, volto ao início: é necessário que o Estado e o governo ponham a bazuca com especial incidência na aplicação de verbas aos setores mais atingidos e que são de grande empregabilidade. **A taxa de desemprego em 2020 reflete a realidade ou o lay-off está a adiar o cenário mais duro?** É nossa convicção que está a adiar. Se não fosse o lay-off e os apoios do Estado, o desemprego ultrapassaria dois dígitos. A nossa infeliz e dramática expectativa tem muito que ver com a ausência de inscrição nos centros de emprego. Infelizmente, estou convencido de que o governo terá de continuar a meter as mãos na massa e a aproveitar parte importante das verbas europeias para apoiar a economia, as empresas e a manutenção dos postos de trabalho, ou terá um desastre social em Portugal.

Os apoios aos teletrabalhadores são adequados?

Não. Mas também não é o momento de discutir alterações legislativas. Não é num momento de crise que se altera regulamentação de uma matéria que deve ser discutida sem a pressão do momento, porque há distorções do mercado de trabalho. Gostaríamos que houvesse muito mais apoios aos trabalhadores e teletrabalhadores, incluindo os da AP. **Como olha o PRR?** Espero que os fundos sejam bem canalizados, mas não está lá tudo. Es-

pero que o governo atenda no princípio da boa fé e inclua nesta primeira versão do PRR os contributos dos parceiros e de muitas outras entidades da sociedade civil. Porque não se vê ali questões sociais, não se acode às necessidades dos trabalhadores, não há renovação de salários. Fala-se em renovar a AP, mas o que é isso? É rejuvenescer? Dar novas carreiras ou salários? O que é a valorização do trabalhador? Uma enfermeira portuguesa em Londres escreveu a António Costa dizendo que gostava de estar cá a ajudar mas aqui teria um salário de 600 ou 700 euros – não é valorizada. Temos de olhar essas situações. Estamos a falar de jovens, os mais qualificados de sempre – e aqui incide uma das lacunas fundamentais: é preciso reforçar as qualificações dos portugueses, a componente social, a proteção social, a habitação, algumas áreas da saúde que foram implementadas neste PRR. E a modernização da AP é só para as áreas metropolitanas? Só há pobreza aí? É só em Lisboa e no Porto que se combate a pobreza? Onde há uma palavra para o interior? É zero.

Apoiou Marcelo Rebelo de Sousa. Como avalia a postura do Presidente (PR) na pandemia?

Apoiei e uma das razões foi precisamente a sua postura não apenas nos incêndios – eu vivo em Figueiró dos Vinhos, a zona desastrosa onde morreram 60 pessoas numa estrada que faço diariamente – mas na pandemia. Em muitos momentos, o PR sustentou com forte articulação a posição do governo, houve quase uma cumplicidade e acho que o Presidente contribuiu muito para a estabilidade política, governativa e para a paz social. Os portugueses sentiram isso e daí o resultado que teve.

Há cerca de um ano dizia que não iria candidatar-se a novo mandato à frente da UGT. Mantém essa ideia?

Mantenho. Mas é preciso que se apresentem candidatos.

Não há?

Estou convencido que há dois que reúnem essas condições... resta saber se a vontade dos outros é essa.

Um deles é José Abraão. É um bom candidato?

Sim, mas não basta disponibilizar-se. É, é um bom sindicalista.

Apoiava-o?

Não me cabe manifestar apoios, senão iria influenciar. A vontade de muitos dirigentes e meus camara-

das é que eu me recandidate. Eu prefiro sair. Tive uma pontaria... desde 2013 até agora que vivemos permanentemente de crise em crise: primeiro foi a austeridade, depois o acordo de concertação social de 2012, que caiu em cima do meu mandato, a geringonça, que me criou amargos de boca, a pandemia, agora a crise económica a seguir...

Como avalia hoje a geringonça?

Em alguns aspetos correu bem, noutros menos. Viu-se as posições do BE nos últimos tempos...

Acredita que haverá mais OE apoiados à esquerda?

Essa pergunta é mais para António Costa. Eu tenho as minhas simpatias em relação à política, sou moderado, de centro-esquerda, não sou de esquerda-esquerda. Defendo a estabilidade governativa e a paz social e a UGT é contribuinte líquido da paz social. Portanto preferia que o OE fosse aprovado para evitar até situação do país que em outubro ou novembro Portugal estará a fazer enorme esforço para recuperar de crise sem precedentes. Devemos estar de mãos dadas.

Mas podia ser com o PSD?

Hoje parece quase pecado falar no arco da governação. É importante, e o PR já o disse, que os portugueses encontrem sempre via de alternância democrática. Se não acreditarem no PS, que acreditem numa alternativa que passe pelo PSD. Eu acho que acima de tudo é importante que o PS se encontre a si próprio e o secretário-geral tenha, como até agora, discernimento para fazer as melhores opções para o país.

No ano passado a UGT assinalou o 1º de Maio de forma digital.

Como vai ser neste ano?

Vamos manter. Vamos fazer uma conferência híbrida na sede, com um conjunto de mensagens fortes, dedicado à negociação coletiva. Não haverá ajuntamentos. Não vamos contribuir para pôr em causa a segurança das pessoas, a saúde dos portugueses e o índice de confiança, que tem de ser reforçado e não minimizado.



**VEJA O VÍDEO EM
DINHEIROVIVO.PT**